





## Anais do II Congresso Internacional de Políticas Públicas para a América Latina

## A ALARMANTE SITUAÇÃO DE RISCO DOS MUSEUS NO ESTADO DE SANTA CATARINA E A REAL RESPONSABILIDADE DO PODER PÚBLICO

Jules Marcelo Rosa Soto - Univali <u>soto@univali.br</u> Maria Glória Dittrich - Univali

RESUMO: A segurança em museus, arquivos históricos e outros espaços de bens patrimoniais históricos e científicos é uma preocupação mundial, visto que "regionalidade" e "de interesse regional" são expressões questionáveis na maioria dos acervos de museus, sendo todos, em maior ou menor grau de interesse da humanidade. Na Organização das Nações Unidas, a UNESCO é o órgão que normatiza e convenciona em maior nível a necessidade de proteção e conservação do patrimônio cultural universal, tendo criado diversas convenções. Especificamente no caso dos museus, este órgão possui um Conselho denominado ICOM (Conseil International des Musées), que possui caráter consultivo e tem buscado um entendimento das situações dos museus em todo o mundo, solicitando a seus membros institucionais informações que contribuam com a conservação e gestão dos mesmos. Com esta premissa, entre 2016 e 2018, foram visitados 36 dos principais museus no Estado de Santa Catarina para analisar 6 itens considerados fundamentais para a segurança tanto do acervo, quanto do público e pessoal colaborador, sendo: (1) Preventivo de Incêndio, (2) Segurança Presencial, (3) Segurança Eletrônica, (4) Existência de Curador (efetivo), (5) Acessibilidade e (6) Inventário do Acervo. No caso do Preventivo de Incêndio, considerou-se os que estavam em conformidade com o Corpo de Bombeiros, viabilizando o "Habite-se". Pois, apesar do Estado de Santa Catarina ser considerado um dos mais avançados da Federação na área museológica, apenas cinco museus (13,9%) estavam em conformidade e, o mais preocupante, 27 (75%) não possuem um preventivo de incêndio adequado e destes 19 (52,8%) não tem nenhuma capacidade de combate a um sinistro considerado comum a uma residência! Outras questões relevantes foram que apenas 6 (16,7%) possuem curadores com ciência da fundamentação básica da função de acordo com o ICOM-UNESCO e 21 (58,3%) possuem registro do acervo com dados fundamentais para tombo, mas apenas 5 (13,9%) com um sistema seguro e realmente adequado aos padrões atuais. De todas as questões, as mais preocupantes foram as relativas ao Preventivo de Incêndio e à segurança básica, pois constatou-se que 16 (44,4%) museus estão em sério risco quanto a incêndio e 31 (86,1%) não possuem os quesitos fundamentais de segurança para o acervo em relação a roubo e/ou integridade física. Condições estas justificadas pela falta de recursos, o que em nossa análise não se confirmou, sendo a má administração a principal razão, pois cabe ressaltar que os curadores de forma geral transcendem os cargos políticos e tem o poder inclusive de fechar museus por falta de condições, exigindo providências através de órgãos do judiciário. Por fim, se constata uma realidade preocupante que exige uma imediata ação dos curadores e/ou administradores destes espaços museais, em conjunto com o Poder Público, destacando aí o Ministério Público, Corpo de Bombeiros, órgãos relativos à cultura e prefeituras municipais.

PALAVRAS-CHAVE: Curadoria; Museologia; Patrimônio; Poder Público; Conservação.